

FORÇAS ARMADAS – A EMERGÊNCIA IGNORADA

David Martelo

Após a realização do jantar de militares num hotel de Lisboa, no passado dia 25 de Junho, foi distribuído aos Órgãos de Comunicação Social uma Declaração que sumariza os múltiplos motivos de preocupação que estiveram na origem da realização desse encontro.

De entre os militares presentes, salienta-se a participação de diversos oficiais-generais dos três ramos das Forças Armadas, tendo alguns deles desempenhado as funções de Chefe de Estado-Maior.

Através de uma mensagem, associou-se ao significado da iniciativa o general Ramalho Eanes, também ele ex-CEME e ex-CEMGFA, tendo, ainda, sido Presidente da República durante dois mandatos.

Havia, portanto, um número bastante significativo de “adultos” na sala.

Do texto da Declaração final ressaltam diversos ALERTAS sobre as vulnerabilidades das Forças Armadas, com a acusação de que da *Reforma 2020* resultam «menos recursos humanos e materiais, menos capacidades, menos unidades operacionais disponíveis [...] e menores graus de prontidão».

Realça a mesma Declaração que a tutela «sempre tem feito o anúncio público das medidas tomadas escudando-se na participação e concordância das Chefias Militares».

Aqui chegados, não é possível que todos os que são directa ou indirectamente visados queiram agora olhar para o lado e seguir para férias. Face à posição tomada pelos oficiais presentes no encontro de 25 de Junho, não podem ficar mudos e quedos:

- Os Órgãos de Soberania com responsabilidades políticas sobre as FA, nomeadamente:
 - O Presidente da República, como Comandante Supremo das Forças Armadas;
 - A Assembleia da República, através do agendamento de um debate urgente sobre o *Estado das Forças Armadas*, agendamento esse que deve ser feito ou por iniciativa dos Grupos Parlamentares que apoiam o Governo, para defesa da política do seu Ministro da Defesa, ou por iniciativa dos partidos da oposição, se entenderem que há motivos de especial preocupação.
- O CEMGFA e os três Chefes de Estado-Maior dos Ramos, que, de alguma maneira, têm de se pronunciar, publicamente ou para o interior das Instituições que chefiam, acerca do que é afirmado na Declaração difundida após o encontro de 25 de Junho, acerca do seu grau de empenhamento pessoal nas soluções encontradas e, PRINCIPALMENTE, que digam algo que dê a entender aos seus subordinados por que razões não preferiram *tombar no campo da honra*.